

# O PROCESSO DA INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## THE PROCESS OF INCLUSION OF AUTISTIC CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Marcos Antônio Diniz Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro/RJm Brasil  
envio.correspondencia@hotmail.com

Isabel Cristina Silva Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro/RJ, Brasil  
Lima isabel.cristina@hotmail.com

**Resumo** Este estudo tem o objetivo de refletir sobre a importância da inclusão escolar para autistas na educação infantil, analisar assim as dificuldades deste processo junto as escolas e à formação dos educadores, e observar melhores estratégias de ensino para potencializar os resultados do aprendizado, e assim, alcançar o tão esperado sucesso no desempenho escolar. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de autores como Vygotsky (1997), Cunha (2012), Stainback (1999) e Glat (2009), entre outros, entendendo que as salas de aula inclusivas, têm como pressuposto de que todos os alunos possuem o direito de participar da vida escolar e são capazes de aprender. Entende-se também que a diversidade deve ser valorizada e respeitada por todos, e que através do reconhecimento das diferenças pode-se alcançar uma aprendizagem para a cidadania.

**Palavras-chave** Inclusão. Educação. Autismo.

**Abstract** This study aims to reflect on the importance of school inclusion for autistic children in early childhood education, to analyze the difficulties of this process in schools and in the training of educators, and to observe better teaching strategies to enhance learning outcomes and thus achieve the long-awaited success in school performance. A bibliographical research was carried out considering the contributions of authors such as Vygotsky (1997), Cunha (2012), Stainback (1999) and Glat (2009), among others, understanding that inclusive classrooms are based on the assumption that all students have the right to participate in school life and are capable of learning. It is also understood that diversity must be valued and respected by all, and that through the recognition of differences, learning for citizenship can be achieved.

**Keywords** Inclusion. Education. Autism



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 14/06/2024  
Publicado em 31/08/2024

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de refletir sobre a importância da inclusão da criança autista na educação infantil, entendendo que este processo educativo exige mudanças no currículo, nas metodologias e nos recursos que nem sempre são fáceis de realizar em uma sala de aula, considerando principalmente as grandes dificuldades da educação no Brasil. E entendendo, que quanto mais cedo esse processo da educação inclusiva inicializar, junto à atuação do professor da escola regular, melhor para a família e para o desenvolvimento de habilidades de sociabilização e aprendizagem da criança portadora de TEA - Transtorno do Espectro Autista.

Esta pesquisa foi norteada pelas seguintes questões como ponto de partida: De que forma ocorre a inclusão da criança com TEA na Escola de Educação Infantil? Como os professores e a família podem participar para a inclusão dos alunos com TEA? Quais estratégias pedagógicas estão sendo utilizadas como facilitadoras da inclusão?

O autismo é um distúrbio psicológico que afeta o desenvolvimento humano nas questões cognitivas, afetivas, emocionais e sociais, que se manifesta no indivíduo por toda a vida. Apesar de ser o centro de muitos estudos na atualidade, ainda há muitas divergências sobre os pontos que envolvem a forma correta de atuar na educação inclusiva, visto que a inclusão está além da simples inserção do aluno autista na escola, é necessário que entenda-se que o autista tem sua própria maneira de aprender, e como mediadores deste processo, a escola e o educador irão apontar os caminhos para que este aluno siga ao seu ritmo de aprendizagem e de

desenvolvimento, proporcionando recursos que permita transformar preconceitos e desconstruir estigmas.

O método utilizado será Pesquisa bibliográfica e terá como referencial teórico os autores Vygotsky (1997), Cunha (2012), Stainback (1999) e Glat (2009), entre outros, que vão fornecer estudos sobre a aprendizagem e sobre os métodos educacionais inclusivos que contribuirão para a práxis do educador).

Portanto, este estudo segue direcionado a fornecer subsídios, com base em importantes estudos feitos por grandes cientistas e estudiosos, e assim contribuir para fundamentar a práxis pedagógica, comprovando que metodologias de ensino que consideram a interação entre os vários participantes deste processo (família-escola-sociedade e professor-turma-autista), facilitam o desenvolvimento, estimulam a aprendizagem e tendem a alcançar um ensino- aprendizagem significativo e eficiente, promovendo ao aluno acessar outras realidades.

O autismo não deve ser visto simplesmente pelo aspecto físico e social como dificuldade elementar ou, ainda, como um fato comprometedor das realizações normais da pessoa. É fundamental que seja considerado a partir de uma dimensão mais irrestrita e existencial do ser humano, segundo supõe os parâmetros da metodologia transdisciplinar.

## 2. Sobre aprendizagem

A aprendizagem é uma habilidade que entra em ação no cotidiano de todo ser humano para dar soluções adequadas às necessidades e desafios que se apresentam a partir das interações com o meio. Existem múltiplas formas de aprendizagem para se conseguir desempenhar as variadas tarefas, que se apresentam em diferentes processos cognitivos e variando de indivíduo para indivíduo.

Olhar a aprendizagem de uma forma multidimensional implica não só numa visão daquele que ensina, mas também pelo lado de quem aprende. Este olhar exige uma compreensão sobre o que acontece “na cabeça de cada indivíduo” que aprende numa tarefa de aprendizagem. É esta análise que fundamenta e norteia o processo do ensino-aprendizagem e cria um novo espaço para o diálogo entre as diversas abordagens nas práticas de ensino.

O processo de aprendizagem, apesar de complexo, por construir-se através dos fatores afetivos, hereditários, maturacionais e de interação social, é uma capacidade inata de todo ser humano e é desenvolvida durante toda a sua vida, desde o nascimento até à morte. A aprendizagem está em constante mudança e desenvolvimento, no qual o indivíduo adquire conhecimento do mundo à sua volta, capacitando-o a adaptar-se e a transformar este ambiente físico e social, para assim, transmitir esse conhecimento para suas gerações. Enquanto o homem transforma o ambiente em que vive para atender as suas necessidades, transforma também a si mesmo. E essa interação gera conhecimento e assimilação da experiência social que é transmitida através do processo de aprendizagem (VYGOTSKY, 1993).

O desenvolvimento é o processo de mudanças que resultam deste aprendizado, que segundo Vygotsky (1998, p. 110) "estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança". O ser humano, a partir da interação com o seu meio, pode problematizar, reconhecer as causas dos acontecimentos, para assim refletir, interpretar e tomar decisões.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o aprendizado é responsável em criar e impulsionar o processo de desenvolvimento do ser humano, criando culturas e transformando comportamentos.

Mesmo nos estágios mais primitivos do desenvolvimento histórico os seres humanos foram além dos limites das funções psicológicas impostas pela natureza, evoluindo para uma organização nova, culturalmente elaborada, de seu comportamento (VYGOTSKY, 1998, p.52).

Para Vygotsky (1993), o desenvolvimento está "inter-relacionado" aos processos de mudanças e de transformações que ocorrem ao longo da vida do indivíduo e em cada uma das várias dimensões de seu funcionamento psicológico. Sendo assim, o desenvolvimento é parte integrada das práticas culturais e educativas, incluindo, desta forma, o processo de aprendizagem.

A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas formadas historicamente (VYGOTSKY, 1993, p.115).

Segundo Piaget, o desenvolvimento intelectual se realiza em etapas, assim, as características e a designação da inteligência se transformam ao longo da vida do ser humano. Piaget caracterizou o este desenvolvimento em estágios sequenciais, pelos quais, todos os indivíduos transitam, porém o tempo de cada fase está sujeito às diferenças biológicas de cada indivíduo, assim como das influências sociais e educacionais.

Para Piaget, o desenvolvimento intelectual é um processo natural, baseado no biológico, ao passo que a aprendizagem é um processo mais complexo, estimulado por condições mais específicas do ensino – dependentes tanto à equilíbrio quanto à maturação.

Para Ausubel (1980), cada indivíduo tem seu ritmo próprio de aprendizagem e de desenvolvimento, num processo de conhecimento contínuo e mutável. A cada nova descoberta, o indivíduo reorganiza suas ideias e estabelece uma ligação com a aprendizagem anterior, num processo interativo e dinâmico.

A aprendizagem significativa ocorre quando a tarefa de aprendizagem implica relacionar, de forma não arbitrária e substantiva (não literal), uma nova informação a outras com as quais o aluno já esteja familiarizado e quando o aluno adota uma estratégia correspondente para assim proceder (AUSUBEL, 1980, p.34).

Sendo assim, a aprendizagem se torna significativa quando esta nova informação constitui ideias relevantes, a partir do conhecimento prévio de quem aprende.

Logo, é necessário que o aluno tenha disposição para aprender e que o material pedagógico a ser aprendido tenha um potencial significativo, ou seja, ele precisa ser interativo, com caminhos diversos, percepção das diferenças e o professor se interaja juntamente com os alunos nesta ação de conhecimento, numa trama de relações cognitivas e afetivas.

Desta forma, para o professor que busca uma aprendizagem significativa, a sala de aula se torna um ambiente de diálogo onde o aluno tem o direito de expressar a sua opinião, de maneira espontânea e reflexiva. Que seja um local agradável, onde todos os envolvidos no processo de ensino se interagem e contribuem para o desenvolvimento da turma. Desta forma, estabelece uma relação de diálogo, respeito mútuo e amizade, entre professor e aluno, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Por isso, a aprendizagem, por sua importância e relevância, torna o papel da escola e do professor fundamental e de grande responsabilidade, contribuindo para um ensino-aprendizado efetivo que desenvolva o psicológico de todos os alunos, e que amplie suas potencialidades humanas.

Analisando a questão de que o autismo, atualmente, não seja visto como um distúrbio que estigmatiza o aluno para aprender, antes se considerava o autista como incapazes de aprender tanto quanto outras crianças, a partir desta desconstrução, é possível compreender que esta criança possa fazer parte do universo escolar, juntamente com os outros alunos ditos “normais”.

Entretanto, é necessário entender que o autismo é uma síndrome e como tal, varia em seu grau de comprometimento, que vai do mais severo ao mais brando. Alguns podem ser mais sociáveis e outros com menor comprometimento cognitivo, suas características e habilidades são variadas. E essa disfunção neurológica faz com que o cérebro de uma criança com TEA - Transtorno do Espectro Autista funcione de modo diferente, ou seja, os estímulos, e as informações são processadas de formas diferentes (ROTTA, 2006).

Os diferentes graus de possibilidades na comunicação, nas habilidades sociais e nos padrões de comportamento na criança autista motivaram a expressão transtornos globais do desenvolvimento (TGDs), que constituem o espectro dos transtornos autistas (ROTTA, 2006, p. 423).

Muitos profissionais da educação ainda possuem muitas dúvidas e ideias deturpadas sobre o autismo. Segundo Sacks (2006):

A maioria das pessoas (e de fato, dos médicos), se questionada sobre o autismo, faz uma imagem de uma criança profundamente incapacitada, com movimentos estereotipados, talvez batendo com a cabeça, com uma linguagem rudimentar, quase inacessível: uma criatura a quem o futuro não reserva muita coisa (SACKS, 2006, p.248).

As debilidades na comunicação e na interação social nas crianças portadoras de TEA tendem a apresentar-se com um comportamento social inadequado ou no isolamento, possuem um déficit no contato visual, têm dificuldades em interagir nas atividades em grupo, expressam demonstrações inadequadas de afeto ou apatia afetiva e muitas vezes, demonstram insensibilidade diante das emoções na sociabilização (MELLO, 2007).

O autor define o autismo como “uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação” (MELLO, 2007, p. 16).

No entanto, os alunos autistas, muitas vezes, desenvolvem uma comunicação satisfatória e alcançam habilidades sociais básicas, tornando-se indivíduos autônomos. O autista pode sim, alcançar uma vida normal, pois, não há uma realidade única, cada quadro é diferente de outro e sempre haverá uma superação.

Entende-se desta forma, que a criança autista ao ser inserida num ambiente social que é a escola, deve ser recebida e aceita por todos na comunidade escolar, para que assim, haja uma melhor adaptação e um desenvolvimento e aprendizagem significativos, onde esse aluno tenha a oportunidade de alcançar sua autonomia e uma expectativa melhor de vida. Segundo Vigotsky (1997), a escola deve criar metodologias pedagógicas inclusivas para que esse aluno especial possa desenvolver suas potencialidades.

A educação, portanto, é essencial no desenvolvimento de todas as pessoas, inclusive as que possuem qualquer deficiência, assim como a deficiência intelectual. É possível entender que o aluno deve ser considerado, acima de tudo, um ser ativo capaz de pleno desenvolvimento desde que lhe sejam dadas as condições adequadas. (VYGOTSKY, 1997, p.12).

Desta forma, educadores estão sendo capacitados para a inclusão dessas crianças no ambiente escolar, e o mais importante, é utilizar-se de uma adequação curricular. O professor, como mediador da aprendizagem, é o principal elemento em desconstruir paradigmas sobre a inclusão e sobre a capacidade de aprender do aluno autista. De acordo com Rotta (2006, p. 431) a criança autista, sem dúvida, é capaz de aprender, cada uma a sua maneira, desde que receba um programa individualizado de intervenções intensivas. Tais condutas devem ser uniformes na escola, no lar e na sociedade (ROTTA, 2006, p. 431).

Assim, pode-se afirmar que, o educador juntamente com a família devem ser os principais incentivadores em acreditar que crianças com TEA possuem o potencial para desenvolverem suas habilidades e alcançarem uma aprendizagem significativa no cotidiano escolar inclusivo.

De acordo com Cunha, a família em parceria com a escola tem o potencial de fortalecer a integração e a inclusão do autista no ambiente escolar:

Ensinar para a inclusão social, utilizando os instrumentos pedagógicos da escola e inserindo também a família, é fortalecê-la como núcleo básico das ações inclusivas e de cidadania. Para a escola realizar uma educação adequada, deverá, ao incluir o educando no meio escolar, incluir também a sua família nos espaços de atenção e atuação psicopedagógica (CUNHA, 2012, p.90).

Atualmente, pode-se constatar uma interação mais dinâmica entre os professores e seus alunos em sala de aula. A imagem do professor como o detentor de todo o saber tem dado lugar a um relacionamento de troca, onde ele se posiciona como um orientador, um estimulador neste processo de construção de conhecimentos, valores e conceitos. Valorizando o aluno por sua individualidade e diversidade, permitindo que este cresça como cidadão crítico e transformador de realidades.

Sem dúvida, o professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador (BULGRAEN, 2010, p. 31).

Dentro deste contexto, é imprescindível que os educadores atuem em seu cotidiano escolar com uma melhor percepção de seus alunos, para que possam junto construir momentos significativos no processo de ensino-aprendizagem.

A questão fundamental para a inclusão, é que os alunos autistas sejam alfabetizados em escolas regulares para que, assim, não ocorra exclusão ou segregação em instituições especializadas. Ou seja, para que a inclusão seja efetivamente estruturada, a escola regular precisa estar adaptada para acolher todos os alunos, com suas diversidades sociais, culturais ou cognitivas e a eles se adequar para que ocorra de fato um aprendizado significativo dos conteúdos escolares.

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipes de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas (GLAT, 2009, p. 16).

A Educação Inclusiva constitui um novo paradigma de escola, onde seja viável a acessibilidade e a permanência de todos os alunos, e onde as metodologias de avaliação e discriminação, até então utilizadas, sejam substituídas por práticas pedagógicas facilitadoras do ensino-aprendizagem e da inclusão. O

ambiente escolar deve ser um espaço de sociabilização e aprendizagem para todos. Sendo assim, nenhuma criança deve ser isolada em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídas dentro da sala de aula comum.

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social (STAINBACK, 1999, p. 21).

Sabe-se que, a educação inclusiva tem sido objeto de pesquisa há algumas décadas, onde muitos professores já têm contribuído, para a consolidação do processo de inclusão nos

espaços escolares. No entanto, nota-se que cada vez mais, os obstáculos aumentam e torna-se imprescindível a reflexão sobre este tema, especialmente, porque no cotidiano escolar, a cada ano, são inseridos alunos que precisam de um olhar mais atento por parte de toda a comunidade escolar e uma averiguação de qual processo de escolarização seja adequado para a turma, e para cada um em particular, assumindo efetivamente o compromisso com o sucesso na aprendizagem de todos os alunos.

### **3. A educação Inclusiva**

A importância da proposta de Educação Inclusiva segundo Glat (2009, p. 17), deve ser um “processo de reestruturação” que envolve, não só as escolas, mas sim todos os sistemas educativos em “todos os seus aspectos constitutivos”. No Brasil, a Educação Infantil é um direito garantido a todas as crianças de zero a cinco anos de idade. Essa garantia constitucional é assegurada na Carta Magna de 1988 e em outros documentos oficiais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA de 1990 (Lei nº 8.069), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 (Lei nº 9.394), que efetua o cumprimento do direito à Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, iniciando a criança no ambiente escolar, desde a mais tenra idade.

Além destas leis nacionais, ainda existe acesso a estudos internacionais e pesquisas nacionais que fornecem subsídios sobre a importância do investimento público na Educação Infantil.



Sendo assim, fica óbvio, que todos têm direito à educação, e esse direito de ingresso à escola é um exercício de cidadania, não importando a condição física, moral, intelectual, social ou cultural. Neste processo de educação para todos, onde uma restrita parcela da sociedade que há muito tempo tem seu direito básico à educação excluído, atualmente, está recebendo relevância na mídia e na legislação brasileira, a partir de lutas e reivindicações da sociedade ativista e órgãos públicos nacionais e internacionais, e assim, assegurando o reconhecimento legal de seus direitos, que neste caso, a educação.

A Lei nº 12.764/2012 que é mais conhecida como a “Lei Berenice Piana” – em homenagem a mãe de um autista, que ao receber o diagnóstico de seu filho, engajou em uma luta pelos direitos dos portadores de TEA, estabelece a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", fez-se mais um avanço para a conquista dos direitos do autista, que passa a ser conceituado oficialmente, segundo o art. 1º, uma “pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”, ou seja, passa a ter direito a todas as políticas de inclusão do país - dentre elas, o direito a uma Educação Inclusiva.

A presença de cada uma destas leis, responsáveis por assegurar a acessibilidade do indivíduo com autismo à educação, não garante que os professores tenham o conhecimento em como auxiliá-los no seu processo inclusivo. Esta questão passa a ser um embate ao se defrontar com a realidade inconsistente do professor como mediador do processo de ensino- aprendizagem. Falta-lhes subsídios e conhecimentos para ele possa atuar de forma significativa para assegurar o direito de seus alunos autistas venham a ter educação inclusiva e satisfatória

Para que os direitos a inclusão aconteça, é necessário bem mais que a legitimação de uma lei. Para que esse processo ocorra, é necessário uma força tarefa com a participação de todos. Deve-se reestruturar as atuais políticas públicas, de forma a assegurar aos educadores os ferramentas para a uma formação inclusiva necessária, entendendo que os alunos com necessidades especiais, não só sejam inseridos num ambiente escolar, mas também que eles tenham garantido seu direito ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Como afirma Stainback:

As pessoas preocupadas com o ensino exigem reforma, reestruturação e renovação das escolas. Os alunos, os pais, os professores e os diretores que estão ativamente envolvidos no trabalho cotidiano de incluir alunos com deficiências importantes representam uma força cultural poderosa para a renovação da escola (STAINBACK, 1999, p. 49).

Em meio a tantas leis que garantem a inclusão e que cobram desempenho dos professores, o poder público negligencia a importância do educador como mediador da inclusão e da aprendizagem, pois é ele que conduzirá, através de práticas pedagógicas, o desenvolvimento de

potencialidades de seus alunos e mediar os valores culturais e sociais. Somente ter o conhecimento acerca da diversidade cognitiva existente no ambiente escolar, por si só, não basta; se faz necessário respeitar a diversidade na prática educativa, pois, a sala de aula nunca é homogênea, mas sim, carregada de diferenças, de adaptações ao currículo, de envolvimento de todos que fazem parte do processo educativo (STAINBACK, 1999).

Numa visão cognitiva, entende-se que para desenvolver a aprendizagem na criança, e necessário que ela seja estimulada, através das práticas educativas inclusivas e ambientes propícios ao aprendizado, onde a escola, a sala de aula e o professor, participem deste processo de inclusão. Paula (2009) enfatiza que devem ser desenvolvidos mecanismos e adaptações que auxiliem os alunos a adquirir habilidades.

Para que possa haver a inclusão nas escolas, é necessário haver maior competência profissional dos professores, projetos educacionais mais completos e flexibilidade para que os currículos possam ser adaptados às necessidades dos alunos. É

necessário ter conhecimento dos perfis evolutivos dos alunos, suas limitações e atrasos, avaliando ao mesmo tempo, de quais recursos educacionais necessita e em que tipo de escola eles podem ser encontrados. As adaptações curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento (GLAT, 2009, p. 36).

Para Noronha (2008) o papel do educador é ser um facilitador da aprendizagem, transmitir e ensinar valores morais e ajudar o aluno com a síndrome a interagir perante os conflitos. A criança precisa entender a importância de ser moral por meio de uma aceitação interior de ser justa, honesta e respeitadora. Em suas relações com este aluno, é fundamental que o educador procure sempre ajudá-la a refletir sobre as consequências naturais do não cumprimento e que o cumprir das regras nos traz uma sensação de bem-estar mais gratificante que a da transgressão e nos fará uma pessoa mais forte e confiável.

É fundamental que professores saibam estimular individualmente a inteligência dos seus alunos, empregando metodologias que permitam a cada aluno aprender da maneira que é melhor para ele, aumentando sua motivação para o aprendizado.

Por entender a importância do cérebro no processo de aprendizagem, consideram-se, aqui, as contribuições da Neurociência para a formação de professores, com o objetivo de oferecer aos educadores um aprofundamento a esse respeito, para que se obtenham melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem, especialmente, na educação básica (NORONHA, 2008, p. 1)

A anatomia dos cérebros pode ser semelhante, mas a forma como cada indivíduo aprende é diferente para cada um. O cérebro é moldável pelos estímulos advindos do próprio organismo, da programação genética e do ambiente externo. Através da prática é possível transformar a forma como o cérebro é estruturado, estimulando as redes neurais por intermédio da capacidade de neuroplasticidade dos neurônios.

Na Educação, este conhecimento tem provocado discussões e reavaliação pedagógica. Sabendo que o cérebro é uma estrutura moldável pelos estímulos ambientais e que nele ocorre o aprender e o lembrar do aluno, é essencial conhecer seu funcionamento para ajudar o aluno a aprender. Não é, pois, suficiente para quem educa conhecer como ocorre o input e o output do conhecimento no processo ensino/aprendizagem, mas também é necessário conhecer a “central de processamento” deste conhecimento, o cérebro. Não é satisfatório saber como ensinar, como avaliar o que foi ensinado; faz-se necessário apresentar o conhecimento num formato que o cérebro aprenda melhor (OLIVEIRA, 2009, p.3).

Neste contexto, torna-se necessário, na formação do professor, a aquisição de conhecimentos que o habilitem a ensinar, motivar e auxiliar o aluno a descobrir sua identidade e seu papel no processo da aprendizagem. Sabe-se que o desafio proposto aos professores é grande e de muita responsabilidade, neste sentido, é importante desenvolver práticas pedagógicas no intuito de facilitar a aprendizagem de todos os alunos relacionados neste processo. Ressaltando ainda, que antes de começar uma ação numa turma com alunos com TEA, é necessário prepara todos os alunos, conscientizando sobre a importância do respeito às diferenças e da convivência numa sala de aula (OLIVEIRA, 2009).

Para que o processo de inclusão alcance um atendimento eficaz aos alunos com TEA, atualmente pelo modelo brasileiro, deve-se repensar na escola como um lugar a estabelecer o desenvolvimento de estratégias eficientes e organizadas, que ajudem a implementação de propostas significativas de aprendizagem. Certamente não há propostas pedagógicas prontas ou formatadas para todas as situações que envolva as dificuldades de aprendizagem, pois cada aluno em seu convívio escolar possui suas especificidades e estão integrados em diferentes realidades.

No entanto, é possível indicar algumas adaptações que venham a favorecer as práticas pedagógicas em diversas situações, ou dificuldades que se apresente na inclusão de alunos autistas, para que neste ambiente escolar, ocorram avanços e desenvolvimentos em busca de uma aprendizagem de qualidade à todos os alunos inseridos neste processo.

Entende-se que a atuação do professor é um dos elementos que certamente, mais colabora para o sucesso em todas as propostas de inclusão de alunos autistas. Sendo assim, ao se planejar ações pedagógicas de inclusão de alunos com TEA, é necessário, estar atento em associar a estas práticas, questões inerentes à área sócio emocional, que se constituem, em muitos casos uma

dificuldade para esses alunos. Logo, além das dificuldades cognitivas, psicomotoras e linguísticas, há também a necessidade de desenvolver as capacidades sociais interativas, assim como um equilíbrio emocional.

É imprescindível que este processo seja estimulado, percebendo a individualidade de aprendizado de cada aluno, para assim desenvolver métodos facilitadores que os motivem a encontrarem o sua própria maneira, já que não existe uma forma única e engessada de aprendizagem para todos.

Dentro deste contexto, é indispensável criar um ambiente sócio moral cooperativo em que sejam vivenciadas continuamente as relações de solidariedade, de justiça e de respeito, com o

reconhecimento do ponto de vista do outro e a aprendizagem paulatina de como buscar soluções aceitáveis para todos os acontecimentos em sala de aula. Muitas crianças com TEA parecem necessitar das rotinas, preparando-as elas próprias. Às vezes agem como prisioneiras de determinadas repetições, porém as alterações nestas rotinas podem causar-lhes grandes problemas. É como se ficassem assustadas pela incerteza de não poderem prever o que irá acontecer a seguir.

## CONCLUSÃO

É indiscutível a importância da escola na formação de consciências e no preparo do indivíduo (deficiente ou não) para o exercício da cidadania. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre a educação inclusiva de forma articulada à discussão da realidade contemporânea da sociedade brasileira e de seu sistema educacional, marcado, sobretudo, por processo de exclusão.

A inclusão escolar não é em si um simples fato, mas um processo com etapas que precisam ser analisadas constantemente, com responsabilidade e senso crítico, pois abrange os alunos com deficiência e também suas famílias, os educadores e as comunidades, aqui compreendidas como o conjunto, numa participação de todos os envolvidos em prol da criança que é atendida por uma determinada instituição de Educação Infantil.

Este processo requer uma reestruturação de novos paradigmas, pois o desafio é atuar com a diversidade na escola, e para isto faz-se necessário da participação de toda a comunidade escolar. E este desafio unem as pessoas para que juntas, busquem possibilidades e renovação

educacionais. A família precisa atuar em parceria com a escola, pois só assim, ambos poderão aprender, e também muito a contribuir.

A Didática deve conter um caráter interdisciplinar, e sua abordagem deve sempre visar a intencionalidade da melhoria da qualidade de vida do aluno, em todas as etapas escolares, rumo à pedagogia moderna, dinâmica, que se constitua num “paradigma que permita o conhecimento

complexo”, com novas “teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a se auto-reformar” (MORIN, 2007, p.32).

É natural que educadores e pais estejam sempre atentos a buscar a melhor forma para que o aluno com TEA aprenda, pois quanto mais utilizar instrumentos e exemplos concretos, num ambiente estimulador para o aluno, melhor será a construção de significados naquilo que está aprendendo pela primeira vez. Há necessidade de se compreender as especificidades cognitivas e comportamentais do aluno com autismo, para que se possa de fato desenvolver propostas de interação social e afetiva, minimizando, assim, problemas apresentados por essa população no ambiente de sala de aula.

Cabe salientar que, as práticas pedagógicas, é aquela que possui em sua intencionalidade, a reestruturação e o esforço na mudança de postura, na criatividade e na transformação social e cultural, não só em sala de aula com os alunos autistas, mas também com todos os sujeitos da comunidade escolar. Essa reestruturação e esforço influenciam, conseqüentemente, a formação do professor, quer seja acadêmica ou continuada, pela simples razão de que a inclusão, como resultado de uma educação de qualidade para todos, requer da escola inovações e posicionamentos

Precisamos entender que o sentido especial da educação consiste, então no respeito ao outro e no entendimento de que todos são capazes de aprender, independentemente de características físicas, mentais ou sensoriais que fogem à regra. Trabalhar nas dificuldades e transformar em superação, será cada vez mais o desafio da escola no futuro, e para o educador, será cada vez mais importante entender que cada possível dificuldade de seu aluno autista, pode-se, a partir de uma visão multidimensional inclusiva, estimular habilidades que possam mudar vidas e criar possibilidades.

### **Referências Bibliográficas**

AUSUBEL, David Paul, NOVAK, Joseph e HANESIAN, Helen. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, 28 de dezembro de 2012.

BULGRAEN, Vanessa C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento.** Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4, ago./dez. 2010.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático.** 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: Corde, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2007.

NORONHA, F. **Contribuições da neurociência para a formação de professores.** Webartigos, 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/contribuicoes-da-neurociencia-para-formacao-de-professores/4590>. Acesso em: 18/09/2019.

OLIVEIRA, G. G. **Andragogia e aprendizagem na modalidade de Educação a distância - contribuições da Neurociência.** Abed, 2009. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/1552009234017.pdf> . Acesso em: 12/09/2019.

PAULA, Ercília Maria de, MENDONÇA, Fernando Wolff. **Psicologia do desenvolvimento.** 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009.

ROTTA, Newra Tellechea. **Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da defectologia.** Madrid: Visor, p.9-12, p.36, p.99. Obras Escogidas V, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.